

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.802 - SP (2019/0299621-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL ALVAREZ MORENO - SP323932
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ERIC AUGUSTO MARCIANO DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **ERIC AUGUSTO MARCIANO DO NASCIMENTO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime prisional fechado, além de 500 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa interpôs apelação à Corte de origem, que negou provimento ao recurso.

Neste *writ*, a Defensoria Pública estadual sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal consistente na negativa de vigência ao disposto no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal. Aduz que a Corte local deixou de promover a detração do tempo de prisão provisória já cumprido pelo paciente, em manifesto descompasso com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

Pleiteia, em sede de liminar, a concessão da ordem para que seja declarado, desde logo, que o tempo de prisão provisória deve ter tido como tempo de pena efetivamente cumprido.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Ministro

